

Marcas polêmicas do passado: revisão ou apagamento?

José Guilherme Cantor Magnani



Electronic version

URL: <https://journals.openedition.org/corpusarchivos/4584>

DOI: 10.4000/corpusarchivos.4584

ISSN: 1853-8037

Publisher

Diego Escolar

Electronic reference

José Guilherme Cantor Magnani, «Marcas polêmicas do passado: revisão ou apagamento?», *Corpus* [En línea], Vol. 11, N°. 1 | 2021, Publicado el 28 junio 2021, consultado el 03 julio 2021. URL: <http://journals.openedition.org/corpusarchivos/4584> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/corpusarchivos.4584>

This text was automatically generated on 3 July 2021.

Licencia Creative Commons: Atribución-NoComercial 2.5 Argentina (CC BY-NC 2.5 AR)

Marcas polêmicas do passado: revisão ou apagamento?

José Guilherme Cantor Magnani

- 1 Denominada, entre outras expressões, “revisão radical” ou, como sugere o presente debate, *monumentos insurrectos*, a onda de quebra de estátuas e supressão de referências homenageando determinadas personagens históricas ligadas ao tráfico de escravos, políticas de colonização, massacres de povos nativos e protestos contra violência a minorias, recentemente ocorridas na Europa e nos Estados Unidos, tiveram sua repercussão também no Brasil.
- 2 Aqui, o movimento apresentou, igualmente, diferentes modalidades: vou limitar-me principalmente ao caso de São Paulo onde chamaram a atenção, entre outras ocorrências, a polêmica em torno da estátua do bandeirante Borba Gato e a pichação ao Monumento às Bandeiras, as mudanças de nome de uma via expressa, o “Minhocão”, além de críticas a exposições do acervo do Museu do Ipiranga. Houve também manifestações do movimento negro diante de referências ao passado escravagista do hino oficial de um estado, o Rio Grande do Sul e, por fim, uma discussão sobre o racismo nas obras de Monteiro Lobato, autor de difundidas obras de literatura infantil.
- 3 Monumento a Borba Gato: o caso deste monumento é emblemático, pois trata-se da homenagem a um dos principais representantes de expedições, no período colonial, séculos XVII e XVIII, ao interior do Brasil em busca de riquezas minerais como ouro, prata, diamantes e de indígenas para escravização, com as consequentes violências de todo tipo contra as populações autóctones. Consideradas, no discurso oficial, estratégias de conquista e ampliação do território nacional, “bandeiras” eram fincadas nos espaços ocupados, daí a denominação, essas expedições hoje passam por processo de revisão, por conta dos massacres perpetrados contra indígenas e quilombolas.
- 4 A enorme (e, para muitos, horrorosa) estátua de Borba Gato, com 13 metros de altura e 40 toneladas, está situada no bairro paulistano de Santo Amaro desde 1962. Entre os inúmeros protestos – assim como aconteceu também com o famoso Monumento às Bandeiras, esse de autoria de um reconhecido escultor, Victor Brecheret, destacam-se as pichações e a colocação de crânios ao pé do monumento.

- 5 O Museu do Ipiranga, cujo nome oficial é Museu Paulista, é o mais antigo museu público da cidade de São Paulo, tendo sido inaugurado em 1895 para celebrar a Independência do Brasil, em 1822. Atualmente fechado para reforma, na reabertura que está programada para 2022 estão também previstas propostas para rediscutir algumas de suas exposições, entre elas a do chamado “eixo monumental”, com os já citados bandeirantes e que, constituindo patrimônio oficial, não pode ser modificado: vídeos e textos explicativos farão as devidas contextualizações.
- 6 Mas as re-leituras já haviam começado: o Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo (LabNAU/USP) ¹foi convidado para participar, com o projeto “Ocupação Museu do Ipiranga: desvelamentos de um experimento etnográfico”, de outubro de 2018 a maio de 2019, de uma série de atividades durante o período de fechamento.
- 7 Uma delas consistiu na visita ao Museu de 29 mulheres, integrantes de movimentos de ocupações de edifícios abandonados, no centro da cidade e também em áreas em periferia, gerenciados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), onde o LabNAU já havia feito etnografia, para uma caminhada etnográfica pelas escadas, salas e desvãos agora vazios. Em seguida, reuniram-se no saguão onde está a famosa tela “Independência ou Morte” (ou “O Grito do Ipiranga”), para uma roda de conversa diante da exposição “O morar paulistano”, da historiadora Vania Carneiro de Carvalho com objetos domésticos tradicionais. Os pesquisadores registravam as impressões e os contrastes na fala das participantes, comparando aqueles objetos com os de seu cotidiano, nas ocupações. (Imagem 1)



IMAGEN 1: Integrantes de ocupações por moradia, diante da famosa pintura “O Grito” Foto: José G. Magnani; e do Acervo Museu Ipiranga (2018).



IMAGEN 3: Estátuas de bandeirantes ocultas pela imagem de uma mulher negra e de um indígena.
Fuente: José Guilherme Magnani (2018).



IMAGEN 4: Estátuas de bandeirantes ocultas pela imagem de uma mulher negra e de um indígena.
Fuente: José Guilherme Magnani (2018).

- 8 Monteiro Lobato: a polêmica em torno da obra desse importante escritor paulista com vasta produção, só na área de literatura infantil, são 39 livros escritos na década de

1930, lidos por gerações de brasileiros e traduzidos em várias línguas estrangeiras, mobiliza leitores, pedagogos, juristas, editores: seus personagens estão ambientados na vida rural, alguns dos quais retratados, segundo os atuais críticos, em termos racistas e preconceituosos.

- 9 Em 2010, depois de uma denúncia da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, a obra de Monteiro Lobato foi banida das escolas pelo Conselho Nacional de Educação mas o veto foi anulado. Outra ação foi impetrada e o caso chegou até o Supremo Tribunal Federal; de lá para cá as controvérsias continuam: há quem minimize essas passagens, argumentando que são episódicas e irrelevantes frente à importância da obra, enquanto outros exigem não apenas notas críticas às novas edições, mas substituição das expressões racistas, como quer a própria bisneta do escritor, Cleo Lobato.



IMAGEN 5: Algumas capas e ilustrações de obras de Monteiro Lobato sob críticas. Fuente: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/09/mais-uma-obra-de-monteiro-lobato-e-questionada-por-suposto-racismo.html><http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=1035&sid=7>

- 10 A polêmica continua rendendo: em 21 de fevereiro deste ano, 2021, o suplemento “Ilustríssima” do jornal Folha de São Paulo traz uma extensa matéria da professora de literatura Cilza Bignotto sobre o tema, situando os trechos considerados racistas em alguns livros de Monteiro Lobato no conjunto de sua obra e no contexto da época em

que foram escritos; mostra, também, posições antirracistas em outros livros do autor (Imagem 5) (Bignotto, 2021).

- 11 O hino: e, por fim, a recusa em entoar o hino oficial do Rio Grande do Sul por parte de vereadores de um partido de esquerda, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) durante a cerimônia de posse na Câmara de Porto Alegre, sob a alegação de que continha estrofes racistas: “Mas não basta pra ser livre / Ser forte, aguerrido e bravo / Povo que não tem virtude / Acaba por ser escravo”. Tais versos integram a terceira versão do hino, composta por um militar no século XIX e adotada oficialmente na década de 1930.
- 12 E o movimento chegou à Antropologia! ainda que não no Brasil: há pouco tempo, em 26 de janeiro de 2021, o *Kroeber Hall* da *UC Berkeley* tornou-se o quarto prédio no *campus* a ser despojado de seu nome em um ano. A decisão encerrou um processo formal de revisão e foi tomada, em grande parte, porque o homônimo do edifício (*Alfred Louis Kroeber*, importante nome da antropologia norte-americana) foi presidente da Associação Americana de Antropologia e pioneiro em pesquisas etnográficas no oeste dos Estados Unidos (EUA)- foi considerado, com o decidido apoio de alunos de ascendência indígena nessa universidade, como um símbolo que continua a evocar a exclusão e o apagamento para os nativos americanos.



IMAGEN 6: Alfred Louis Kroeber, Berkeley.

Fuente: <https://news.berkeley.edu/2021/01/26/kroeber-hall-unnamed/>

- 13 Cada um desses casos tem suas particularidades, tanto nas formas de protesto, como nas polêmicas que suscitaram. Para os militantes, protagonistas das derrubadas, quebras e inscrições, trata-se de ações legítimas como forma de apagar definitivamente essas marcas tidas como apologias a políticas e atos criminosos contra minorias e povos nativos; outros, porém, consideram tais ações simplesmente vandalismo e, finalmente, há aqueles para quem o valor simbólico dos protestos deve continuar, mas com outras estratégias: disponibilizar esclarecimentos, situar os acontecimentos no contexto de sua época, deslocar os monumentos das ruas para espaços museológicos etc.
- 14 Sem dúvida, o processo revisionista veio para ficar, assumindo inúmeras formas, mas também impõe uma espécie de “revisionismo” sobre o revisionismo, como se pode inferir da conclusão da professora Cilza Bignotto, citada mais acima, sobre o caso de Monteiro Lobato:

“É tempo de as discussões sobre Monteiro Lobato adquirirem mais profundidade e mais nuances, de se descolarem de julgamentos apressados sobre a vida e a obra do homem e se deslocarem para campos de estudo mais amplos sobre o racismo”.
(2021)

- 15 Ainda sobre os bandeirantes, o arquiteto e então vereador Nabil Bonduki apresentou, em 2002, um projeto retirando a homenagem na sede da Câmara Municipal de São Paulo, pois, segundo ele, essa referência tem origem numa visão ultrapassada da história: os “aventurosos bandeirantes” foram genocidas. O projeto não foi aprovado pois, segundo Bonduki, na época não havia a mobilização que existe hoje contra estátuas e nomes de logradouros públicos que fazem homenagens históricas questionáveis (Bonduki, 2020).
- 16 O professor no Museu do Ipiranga, da Universidade de São Paulo, Paulo César Garcez Marins, por sua vez, vai em outra direção sobre a questão da derrubada das estátuas ou mesmo supressão de referências:

“Na verdade, sofreremos um processo contínuo de destruição dessas evocações memoriais, como se destruindo a estátua, destruíssemos o problema que elas representam e isso não acontece. Do meu ponto de vista, é sobretudo importante usar as estátuas como um ponto de partida para a discussão” (2020)
- 17 O ideal, segundo o professor, seria um texto explicativo junto a um monumento:

“Precisamos saber tratar essas imagens como um problema. Eu não posso simplesmente retirar a estátua de um bandeirante e enterrar junto com isso uma discussão sobre o que é, por exemplo, a destruição de populações indígenas, ou quilombolas, nos séculos 17, 18, porque essas questões continuam presentes hoje”.
(2020)
- 18 Algumas situações, contudo, foram reexaminadas e resolvidas antes mesmo da eclosão dessa onda revisionista, como foi o caso do “Minhocão”,² via expressa no centro de São Paulo, construída em 1971 com 3,5 km de extensão, cujo nome original era “Elevado Costa e Silva” em referência ao segundo presidente da ditadura militar de 1964.
- 19 Em 2016, em lei sancionada pelo então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi renomeada como “Elevado João Goulart”, em homenagem ao presidente deposto pelos militares. O projeto de mudança do nome, de autoria do vereador Eliseu Gabriel, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) foi apresentado em junho de 2014 e posteriormente aprovada pelos vereadores da capital. A medida fazia parte de um programa da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de alterar os nomes de mais de 40 vias de São Paulo que homenageiam pessoas vinculadas à repressão do regime militar (1964-1985). A polêmica atual é se a referida via, agora, deve ser demolida ou transformada em parque.
- 20 Essa situação, portanto, não é de hoje e o quadro. bastante complexo; certamente não há como passar por cima de registros de acontecimentos históricos ou ignorá-los em suas consequências, No entanto, a recente onda revisionista impõe uma nova reflexão. Em primeiro lugar, faz-se necessário diferenciar, neste processo, entre o momento inicial marcado por ações radicais que deslançam o movimento de crítica e questionamento, no caso, a derrubada ou quebra dos monumentos, entre outros, e a adoção de outras estratégias visando dar continuidade e maior visibilidade a esse processo.
- 21 Alguns casos, é verdade, foram amplamente divulgados e reconhecidos como legítimos: a remoção da estátua do rei Leopoldo II da Bélgica de uma praça na Antuérpia para o museu local, após depredação em razão das atrocidades cometidas sob sua

responsabilidade no então Congo Belga, ou os protestos em decorrência da morte do afro-americano George Floyd por um policial branco, nos EUA.

- 22 Como se pode concluir, não há unanimidade, o que não significa que as posições em torno desse movimento, desde as derrubadas e quebra de estátuas no espaço público, até a retirada de menções a personagens tidos como polêmicos, se equiparam: se algumas são amplamente aceitas, outras tornam-se objeto de polêmicas; em suma as controvérsias prosseguem, estimulando o necessário debate sobre esse tema.

BIBLIOGRAPHY

Bignotto, C. (2021) “O acusado de racismo, Lobato, transformou o saci no primeiro herói negro para ciranças no Brasil”. In: *Ilustríssima, Folha de São Paulo*, 21/02/2021.

Bonduki, N. (2020) “Retirada de estátuas deve ser acompanhada de debates públicos sobre a história”, In *Senado Notícias*.

Marins, P. y Garcez, C. (2020). “Destruir uma estátua não resolve é preciso discutir a memória”11//06/2020.<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/06/11/destruir-uma-estatua-nao-resolve-e-preciso-discutir-a-memoria-diz-historiador.htm>

NOTES

1. Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana – LabNAU/USP sob minha coordenação, no Departamento de Antropologia da FFLCH/USP
2. “Minhocão” é o superlativo de “minhoca”, que traduzido ao espanhol seria gusano.

AUTHOR

JOSÉ GUILHERME CANTOR MAGNANI

Departamento de Antropología, Universidad de San Pablo, Brasil.
Correo electrónico: jmagnani@usp.br